

Informativo de KOINONIA
Presença Ecumênica e
Serviço • nº 18 • Agosto
de 2016



& Saúde & Direitos



Foto: Leon Rodrigues



Formatura do projeto
Transcidadania, em SP

Editorial

A norma oculta da privação de vidas na cidade

No Brasil, a hostilidade à população LGBTTT é extrema. Em 27 horas mais uma pessoa deste grupo perderá a vida pelo simples fato de ser quem é. Nos últimos quatro anos foram cerca de 1.600 mortes resultantes de ataques LGBTTTfóbicos. De todos os homicídios contra transexuais no mundo, metade foi registrada aqui.

O terceiro Relatório de Violência Homofóbica, publicado esse ano pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, com base em dados do Disque 100, mostrou que de um total de quase 3.400 violações contra LGBTTTs, 27% ocorreram na rua e 37,5% em outros locais como nas próprias delegacias de polícia, nos hospitais, nas escolas, igrejas e locais de trabalho. Isso quer dizer que embora ainda seja importante o número de violações sofridas no ambiente doméstico, boa parte da violência LGBTTTfóbica tem se dado em espaços públicos. O dado sugere que os agressores, mesmo em locais à vista de todos, se sentem à vontade para praticar seus crimes. Ou seja, há uma suposição de convivência geral com o ódio à diversidade sexual.

Outro desdobramento nada desprezível desse quadro é que a discriminação contra a população LGBTTT se manifesta ainda na negação do direito à cidade, uma vez que os espaços públicos, na prática, são regidos por uma lei radicalmente heteronormativa

que pode punir com a morte aqueles que não a seguirem. No país que chegou a ter a maior parada LGBT do mundo - a de SP em 2006 com 3 milhões de pessoas -, um ato simbólico de tomada do espaço público, a diversidade sexual tem sido expulsa do convívio na cidade.

As notícias, relatos em redes sociais, os (poucos) dados sobre violência LGBTTTfóbica vão difundindo cada vez mais a sensação de que o cerco se fecha contra a diferença. Se por um lado os movimentos LGBTTTs têm uma luta histórica pela conquista de direitos relacionados ao espaço doméstico (como casamento, reconhecimento dos diferentes tipos de família, direito à adoção), esbarrando com dificuldades tremendas nesse campo; de outro lado, a batalha pelo direito aos espaços públicos também tem se mostrado tão urgente quanto dura.

E essa é uma questão que não envolve somente o problema da universalização efetiva da segurança pública, mas a própria possibilidade de que as cidades ofereçam seus bens a todas e todos que nela vivem e que estes, sentindo que podem escolher seus itinerários com liberdade, contribuam com uma cidade onde a circulação da diversidade proporcione o convívio, a troca e o respeito.



Fortalecendo laços com a juventude LGBTT

Novo projeto em São Paulo



Em abril desse ano, começamos o projeto “Fortalecendo Laços: Juventude, Sexualidade e Direitos Humanos”, voltado para a prevenção e redução de danos das epidemias de DST/HIV/Aids entre jovens, em especial LGBTs, da cidade de São Paulo. A iniciativa

sobre o tratamento de DST/HIV/AIDS e hepatites virais.

A formação vai enfatizar estratégias para efetivar direitos no acesso aos serviços públicos de saúde, combatendo discriminações raciais, de gênero e sexualidade, monitorando também a vulnerabilidade social e as violações no município.

A iniciativa foi pensada junto com os jovens LGBT, que freqüentam a região do Largo do Arouche, em São Paulo. A ideia começou a ser amadurecida durante os primeiros três meses desse ano, quando Koinonia, em parceria com pesquisadores, militantes e pessoas que convivem com esse público, construiu a formação em Direitos Humanos estimulando os jovens do local a atuar como multiplicadores de informações sobre HIV/Aids e outras infecções sexualmente transmissíveis. Somaram forças à equipe do projeto, Ciano Buzz, Marcela Monteiro, Pierre Freitas e Marcelo de Paula, avançando com as ações do projeto.

é fruto de uma parceria com a Secretária Municipal de Saúde de São Paulo e tem o objetivo de formar 50 jovens, que a partir daí serão agentes de defesa de direitos sexuais e reprodutivos, além de atuarem tanto na prevenção quanto na difusão de informações

Em nova fase, KOINONIA oferece ao Transcidadania oficinas sobre democracia e cidadania

Foto: Acervo KOINONIA



As/os participantes foram provocadas/os a articular os temas com suas experiências de vida, o que acabou criando uma atmosfera descontraída para que a maioria tirasse dúvidas sobre a situação política atual.

“A discussão sobre as temáticas de democracia e direitos humanos é sempre muito importante para empoderar as beneficiárias e os beneficiários com os instrumentos e conhecimentos necessários para que cobrem não só o respeito do poder público, mas também a concretização dos seus direitos, sempre tão marginalizados e esquecidos”, pontuou Alexandre Quintino, assistente de projetos de Koinonia.

Outras questões ligadas à prestação e ampliação de serviços do programa também foram colocadas pelas e pelos participantes ao secretário Felipe de Paula, como o pedido de que o Transcidadania se transformasse em lei, tornando-se um serviço permanente da prefeitura. “Queremos que o programa se transforme em lei para que mais travestis e transexuais possam participar e para que cidadania não tenha prazo final”, ressaltou uma das participantes.

ministradas por Koinonia continuam promovendo o debate sobre democracia e cidadania com transexuais e travestis. Os profissionais e educadores responsáveis abordam temas como “constituição”, “participação Social”, “voto” e “divisão dos poderes”, relacionando-os com a visão das/dos participantes do cenário político atual. As atividades tiveram início em abril e terão continuidade em maio.

A primeira oficina contou com a presença do novo secretário de Direitos Humanos da cidade de São Paulo, Felipe de Paula, que pode conhecer de perto o programa. “Democracia e Constituição Federal” foi o tema desse encontro, onde foram discutidos os modelos de Estado, poder e governo; e apresentados os diferentes regimes políticos, aprofundando ainda o conteúdo a respeito do desenvolvimento histórico da democracia brasileira.

Sobre o Transcidadania

Promovido pela Prefeitura de São Paulo, em parceria com KOINONIA e a Secretária Municipal dos Direitos Humanos, o Transcidadania tem desenvolvido ações de promoção dos direitos humanos e cidadania, criando oportunidades de melhoria na qualidade de vida para transexuais e travestis.



Como enfrentar a violência contra a mulher de dentro das igrejas?

Foto: Acervo KOINONIA



Roda de Conversa da Rede Religiosa de Proteção à Mulher Vítima de Violência

O fato estarrecedor de uma mulher ser assassinada a cada duas horas no país não deve fazer com que outra questão seja obscurecida: a da constância com que atos violentos são praticados, em especial, no ambiente doméstico. Das mulheres que afirmam ter sofrido violência – contingente que equivale a 19% da população do país -, 31% ainda precisam conviver com o agressor, dessas, 14% seguem como vítimas de repetidas agressões.

Num país composto mais de 86% por cristãos, onde apenas 8% da população declara não possuir religião, as justificativas religiosas para as desigualdades de gênero e a violência contra a mulher não devem ser desprezadas no entendimento desse fenômeno talvez ainda mais cruel do que apontam os dados.

É o que destaca a assessora de KOINONIA, Ester Lisboa, uma das principais responsáveis por articular a chamada Rede Religiosa de Proteção à Mulher Vítima de Violência. A iniciativa promove rodas de conversa em espaços religiosos de diferentes tradições, mas principalmente em igrejas cristãs, discutindo prioritariamente com mulheres a importância de enfrentar a violência justamente nesses lugares que regulam práticas e papéis familiares e onde os tabus sobre o tema muitas vezes se exprimem com força de dogma.

“A roda de conversa torna um ambiente relativamente seguro para que as mulheres falem dessas situações de violência. Nesses momentos, independentemente da denominação religiosa, sempre, sempre surgem relatos. E só falando identificam essas agressões que, por exemplo, não se dão de forma direta contra o corpo delas, como é o caso das violências psicológica e patrimonial. Muitas dessas são legitimadas por passagens bíblicas para subordinar a mulher e, de certa forma, preservar o seu silêncio”, destaca Ester.

Ela também explica que embora os relatos surjam espontaneamente no bate-papo, os desdobramentos nem sempre são tão simples. Segundo Ester, o grande obstáculo é a falta de preparo teológico

de lideranças religiosas que ainda entendem o lar como um local descolado da sociedade não precisando, portanto, estar submetido à universalidade das leis.

“O primeiro passo dessa nossa rede diante de um caso de violência é conversar com a liderança da igreja ou do terreiro. Existem aí desde comunidades religiosas que acompanham todo o processo até aquelas que passam a proibir que as mulheres falem do assunto para que aquele não seja um espaço identificado com a violência”, revela.

Vencendo resistências

Para Suzi Soares, assistente social especializada em violência doméstica e autora do livro *Primeiro Amor – A História de Um Abuso*, existem interpretações e posturas religiosas que tendem mesmo a agravar a situação das pessoas que sofrem violência doméstica.

“Isso acontece principalmente quando falamos de igrejas preocupadas em pregar a religiosidade e não o evangelho de Cristo. Estão mais preocupadas em mostrar uma estrutura perfeita, rígida em seus princípios, mas pecam em relacionamento. Não há investimento nas vidas das pessoas. Talvez por medo que os casos de abuso comecem a aparecer dentro da própria Igreja, sujando a imagem, podendo até quem sabe colocar em risco a coleta de dízimos e ofertas”, explica.

Embora estimule momentos exclusivamente voltados para a troca entre mulheres, a rede também conta com a participação do público masculino. Fabio Mendes, da Igreja Metodista de Itaberaba, em São Paulo, é um dos participantes da rede. Ele afirma que a resposta dos homens, com algumas exceções, consiste em justificar a desigualdade de gênero com passagens bíblicas, mas que ao mesmo tempo, as mulheres de sua comunidade religiosa se mobilizaram para que a igreja desse resposta ao tema da violência. Essa e outras histórias estão no livro *As Mulheres Escolhem a Vida! – Estudos Bíblicos Para o Enfrentamento da Violência Contra a Mulher*, produzido pela Assessoria de Direitos Humanos em parceria com a Federação Metodista de Mulheres e apoio do Departamento Nacional de Escola Dominical.

“Mas ainda não é majoritário na igreja evangélica em geral a compreensão de que o serviço a Deus se concretiza no serviço ao próximo. E esta tem sido uma luta que todas as pessoas que estão trabalhando com este tema na igreja tem de enfrentar”, adverte Fabio.

A assistente social Suzi, que faz parte da Comunidade Presbiteriana Villa Lobos, em São Paulo, hoje trabalha em iniciativas voltadas para enfrentar a violência em igrejas. Para ela, esses espaços teriam de ser de alguma forma inseridos na rede intersetorial de atendimento, pois é neles que as mulheres religiosas buscam refúgio em situações de violência, mesmo que numa perspectiva de encontrar conforto espiritual.



Compartilhando experiência, vida e fé



Foto: Acervo KOINONIA

Na tarde do dia 12 de março, cerca de 40 Religiosos e religiosas estiveram na Igreja Metodista de Vila Mariana para compartilhar ações e resultados de combate à violência contra mulher em espaços de culto. O encontro teve como proposta refletir sobre as contribuições que as comunidades religiosas têm oferecido para que o ciclo de violência se quebre. Como resultado de ações anteriores da Rede Religiosa de Proteção à Mulher Vítima

de Violência, foi deliberada uma comissão de acolhimento a mulheres violentadas.

A iniciativa da Igreja Metodista de Itaberaba objetiva dar os encaminhamentos necessários dentro da rede pública de atendimento.

Rede de Proteção: do sonho à prática



Fabio Martelozzo*

A Igreja Metodista em Itaberaba se engajou na Rede Religiosa de Proteção à Mulher Vítima de Violência já em 2014. Através da participação nas rodas de conversa, do Seminário sobre o tema e da formação em enfrentamento da violência contra a mulher, promovidos por KOINONIA, além do envolvimento das pessoas que frequentam a igreja, bem como do pastor e da pastora, reverendo Tiago Valentim e Laura Costa

Valentim, estamos nos capacitando para fazer com que a igreja seja uma comunidade de acolhimento e de encaminhamento. Nosso objetivo é que a igreja seja um centro que encaminhe as mulheres para serem atendidas nos serviços públicos de maneira adequada, de modo que elas se sintam abrigadas por uma família na fé, fortalecendo o lado emocional, tão fragilizado em situações de emergência.

Entre a teoria e a prática há sempre uma distância do tamanho da vida. Quando procurados pela primeira vez, recebemos o caso da adolescente “L”. Seu caso era de grande complexidade, pois envolvia uma menor de idade já mãe e grávida de seu segundo bebê, todos em situação de vulnerabilidade. Ela era agredida por seu companheiro com quem residia. Ao deixá-lo, buscando fugir das frequentes agressões, “L” se muda para São Paulo, para a casa da mãe. Através do acompanhamento e orientação jurídica fornecidos pela Igreja em Itaberaba, a adolescente foi encaminhada para o Centro de Referência da Mulher onde obteve atenção para seu caso. Lá ela recebeu atendimento psicossocial, terapia em grupo, assistência social, e também foi encaminhada para a Defensoria Pública e Ministério Públicos, que providenciaram as ações de guarda da filha, bem como a obtenção de medida protetiva e demais questões jurídicas referentes ao caso.

Porém, como “L” residia muito longe da Igreja (Itaberaba é um bairro no distrito da Freguesia do Ó – zona Norte de São Paulo), morando

em um bairro da zona Leste de São Paulo, não seria possível que conseguíssemos prover a assistência e acompanhamento espiritual. Desta forma, entramos em contato com o pastor titular da Igreja Metodista mais próxima da residência dela. Ele entrou em contato com a “L” e a acolheu na comunidade de fé. A igreja a recebeu com grande alegria e carinho, ajudando no resgate de sua autoestima e mostrando que ela jamais estaria sozinha, mesmo que em situação de grande dificuldade. As mulheres organizaram um chá-de-bebê para a criança que está a caminho e o pastor acompanhou-a em todas as suas necessidades, tanto no aconselhamento pastoral como no auxílio na busca pelos serviços públicos como creche para sua filha pequena.

Acontece que a menor “L” teve de se mudar da zona Leste para um bairro na zona Noroeste de São Paulo. E sua participação naquela Igreja ficou comprometida. Entramos em contato com o pastor da Igreja Metodista mais próxima de sua nova residência e “L” passou a receber a assistência da nova comunidade. Já foi acolhida pelas mulheres da igreja, que estão acompanhando-a na busca por serviços de saúde, atendimento pré-natal e maternidade e já está integrada à comunidade da igreja. E a Igreja em Itaberaba continua auxiliando através de orientação jurídica e doação de fraldas, leite em pó e produtos de bebê.

Através deste exemplo concreto, creio que conseguimos colocar em prática aquilo que no início da formação da Rede Religiosa de Proteção à Mulher Vítima de Violência era visto como sonho e como alvo: a constituição de uma verdadeira rede de apoio, com ramificações por toda a cidade, permitindo que onde quer que haja um caso de violação de direitos e a necessidade de intervenção, esse atendimento possa ser feito colocando a vida em primeiro lugar.

***Fabio Martelozzo Mendes é membro da Igreja Metodista em Itaberaba e colaborador da Assessoria Regional de Direitos Humanos da Igreja Metodista 3RE.**



A Informação é a Cura para o Preconceito



* **Pierre Freitas**



** **Carlos Henrique de Oliveira**

A sociedade contemporânea tem diversos tabus ligados a sexualidade. Mesmo no século XXI, a liberdade e os direitos sexuais ainda são pautas que não avançaram o suficiente, tendo conservadas barreiras para que esses temas sejam abordados em diversos meios e camadas sociais.

No entanto, quando estamos rodeados de adolescentes e jovens, onde conversas sobre vivências sexuais e sexualidade vez ou outra surgem, geralmente, há maior desenvoltura para se tratar do assunto. Todavia, essa desenvoltura não está relacionada necessariamente com métodos de prevenção às IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis) - as antigas DST. Essa ausência de discussão sobre as formas e mecanismos de prevenção também ao HIV, no cotidiano de muitos destes adolescentes e jovens, colocá-los em maior risco.

É comum que as conversas sobre sexo entre os jovens estejam relacionadas às curiosidades a respeito de como é a primeira relação, se dói, quais as formas e posições para obter maior prazer, ou ainda como se prevenir de uma gravidez indesejada, entre os heterossexuais. Pouco se fala sobre HIV fora dos serviços de saúde ou palestras sobre o assunto. E por quê? Pela cultura de marginalização e demonização das IST e do HIV, além da pouca discussão aprofundada nas escolas e nas famílias.

É muito importante falar sobre sexualidade e prevenção com os adolescentes e jovens de forma sutil, embora nunca de forma superficial, considerando as diversas expressões da orientação sexual e identidades de gênero. As abordagens relacionadas aos conteúdos ligados a saúde sexual e reprodutiva ficam obstaculizadas pelo crescimento do conservadorismo e com a proibição de, por exemplo, se discutir gênero na educação pública. Como falar sobre saúde sexual e reprodutiva num ambiente que cada vez mais ataca os direitos dos LGBT's, dos pobres, dos negros e das mulheres?

O HIV e a Aids no Brasil vêm demonstrando atualmente reflexos de desigualdades e estigmatizações perpetradas no seio da sociedade e que, em consequência, acabam influenciando e moldando o perfil epidemiológico do vírus. Além do aumento da incidência de HIV em mulheres, HSH (Homens que fazem Sexo com outros Homens) e nos grupos sociais mais pobres, há o notório crescimento da infecção entre negros e, sobretudo, entre os adolescentes e jovens LGBT's.

Nos últimos anos, a despeito dos inegáveis avanços no tratamento e nas políticas governamentais, o Brasil teve um aumento de 11% entre 2005 e 2013 em novos casos de HIV, segundo o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), sendo as principais causas dessa alta a desinformação entre os adolescentes e jovens, a discriminação e intolerância contra gays e travestis; somados aos problemas de foco nas campanhas governamentais.

De acordo com o UNAIDS, enquanto na população em geral estima-se que entre 0,4 e 0,7% das pessoas esteja vivendo com HIV, na população de gays, travestis e HSH a estimativa cresce para 10,5%. Um dos responsáveis principais por esse quadro de vulnerabilidade, sobretudo, entre os adolescentes e jovens, é o preconceito. O estigma e a discriminação são os maiores obstáculos no enfrentamento da epidemia do HIV e da Aids no mundo. Os grupos com maior vulnerabilidade, geralmente, são os mais marginalizados, excluídos

do convívio social, familiar e até institucional. Destacamos ainda que a discriminação e as posturas dogmáticas nos serviços de saúde dificultam a procura e o acesso destas populações à prevenção ou tratamento, por exemplo. Podemos também observar que os profissionais de saúde têm uma grande dificuldade para olhar de forma ampla e plural os riscos e vulnerabilidades sociais que permeiam a vida destes adolescentes.

Em muitos casos, os adolescentes e jovens que procuram as unidades de saúde, acabam sendo tratados pelos profissionais de forma tutelada, não propiciando que os mesmos participem na escolha das terapias antirretrovirais que melhor se encaixem na sua rotina de vida. Existe também uma precarização dos serviços de saúde, uma desvalorização do profissional, que muitas vezes faz o atendimento se tornar mecanicista, autocrático, focado somente na patologia e não no sujeito como um ente biopsicossocial, o que pode contribuir para a falta de adesão ao tratamento e o afastamento dos adolescentes e jovens dos serviços de saúde.

Com toda essa estigmatização do jovem LGBT, em especial, dos jovens gays e das travestis, essa carga de culpabilização pela sua vivência afetiva e sexual fora dos padrões heteronormativos faz parte de um fenômeno classificado pelo sociólogo Zygmunt Bauman como "liquidez" do contemporâneo, no qual, diante das relações pulverizadas e multifacetadas, toda a ansiedade e o medo são canalizados para as mídias e tecnologias (não só no sentido instrumental, mas no sentido de o indivíduo buscar a rapidez dos softwares avançados para resolver seus problemas externos e íntimos, e isso até mesmo nas relações humanas). Isso pode fazer com que o jovem LGBT sofra um processo de pressão social sobre seu corpo e sua vivência afetiva, ou que tenha uma vida sexual mais ativa, com um número maior de parceiros, sem, no entanto, ter próximo de si as informações e mecanismos eficazes de prevenção e orientação sobre as IST e o HIV, sobretudo, pelo fato de ainda hoje o assunto estar vinculado majoritariamente ao discurso médico-hospitalar, ligado ao processo de doença versus cura, e não ao de educação permanente a respeito da saúde sexual e reprodutiva.

As IST, o HIV e Aids estão aí e cada vez mais os adolescentes e jovens estão sendo infectados por não saberem colocar camisinha ou por desconhecimento das novas tecnologias de prevenção como por exemplo a PEP (Profilaxia Pós-Exposição) que pode ser utilizada nas seguintes situações: violência sexual; relação sexual desprotegida (sem o uso da camisinha ou com rompimento da camisinha). A PEP, é um tratamento com terapia antirretroviral por 28 dias para evitar a sobrevivência e a multiplicação do vírus HIV no organismo de uma pessoa. Para funcionar a PEP deve ser iniciada logo após a exposição de risco, em até 72 horas. O atendimento é considerado de emergência pelo Ministério da Saúde. É importante observar que a PEP não serve como substituta da camisinha. Muito pelo contrário: o uso do preservativo masculino e/ou feminino são ainda a principal e mais eficiente maneira de se evitar o HIV.

Acreditamos que através da disseminação da informação e do conhecimento, aliada a políticas públicas assertivas, com foco na integralidade do ser humano, como ente biopsicossocial, investimento massivo na saúde pública (sobretudo a prevenção e promoção à saúde, em detrimento do modelo curativo e de aumento do setor privado de saúde) e ações afirmativas com os grupos sociais mais vulneráveis, iremos conseguir acabar com a epidemia do HIV e da Aids que está infectando milhões de adolescentes e jovens, mulheres e negros, todos os anos no Brasil.

A informação é a cura para o preconceito. A luta por direitos sociais e o combate ao retrocesso da discussão sobre sexualidade é o caminho para a cura da Aids.

* **Assistente Social, Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/aids**

** **Comissão de Auxílio às Vítimas de Violência**

Como a Lei Maria da Penha prevê o atendimento a mulheres transexuais e travestis em situação de violência?

Saskya Miranda Lopes*
Bianca Muniz Leite**

Neste cenário atual se torna convite a uma boa reflexão: como a Lei Maria da Penha prevê o atendimento a mulheres transexuais e travestis em situação de violência?

É importante esclarecer aqui o nosso compromisso com uma militância feminista que possa ser abrangente e de máximo respeito, dessa forma, a nossa intenção nunca será protagonizar a luta das mulheres trans e travestis, mas sim buscar somar e contribuir com as problemáticas que se refletem diariamente em lutas de diversos movimentos sociais sérios e organizados.

Antes de responder rápida e inocentemente que o atendimento das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar deve ser igual, independente da identidade ou orientação sexual, somos tomadas por uma outra questão que esta pergunta traz. Prever significa ver antecipadamente, com antecedência, então nos perguntamos: a Lei Maria da Penha enxergou as mulheres transexuais e travestis, previamente, na elaboração do seu texto legal?

A Lei 11.340/2006, que este ano completa 10 anos, integra o micro-sistema legislativo previsto no Art. 226, §8º da Constituição Federal Brasileira, para proteção integral da família, composto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo Estatuto do Idoso e pela Lei Maria da Penha, e é, sem dúvida, uma das leis mais populares da legislação brasileira. Seu objetivo é enfrentar a violência doméstica e familiar contra a mulher, em função do gênero.

Contudo, sequer há clareza nesta meta tão importante da lei, onde a mesma deveria combater a violência contra mulher por ser mulher, pela construção social do que é ser mulher, pelo que é esperado do seu papel de gênero feminino. A lei menciona o termo gênero no caput do artigo 5º, mas não esclarece este conceito, nem o reafirma em qualquer outra parte do texto legal, ao contrário, reforça o conceito biológico na expressão de quem seja o sujeito passivo e a vítima desta lei.

A falta de precisão e abandono do termo “gênero” no decorrer do texto da norma restringe o alcance da Lei e permite que, legalmente, delegados, policiais, juizes e até promotores só apliquem a Lei Maria da Penha se a violência for contra mulheres (conceito biológico) e na esfera doméstica e familiar alegando a proibição legal de se fazer analogia in malam partem do Direito Penal, isto é, impossibilitando ampliar a lei para punir aquela situação que não está prevista previamente.

A ausência do diálogo do Direito com outras ciências, o apego à letra estrita da lei por muitos profissionais que compõem o

poder Judiciário e o despreparo dos legisladores, frequentemente embaraçados com os conceitos de sexo, gênero, identidade, orientação sexual e seus desdobramentos, aliados à transfobia e à patologização da transexualidade, criam uma situação de insegurança jurídica muito grande para mulheres trans.

Assim, NÃO! A lei não previu, o legislador fechou os olhos e não quis enxergar, deixou de promover a proteção às vítimas de violência em virtude de alinhamento à identidade e expressão de gênero feminino. Destarte, ficaram de fora as mulheres trans e também, ousando trazer à tona discussões ainda mais “espinhasas” ao senso comum, porém não menos importantes, pessoas que não reivindicam o uso da categoria “mulher” para si, ainda que sofram com violência de gênero e usem artigos e nomes femininos, como algumas travestis e as expressões identitárias não binárias, isto é, que não se enquadram nas definições de feminino ou masculino, mas transpõem essas fronteiras. Aliás, as mulheres merecedoras de proteção estatal são as mulheres de família, a mulher do lar, a mãe, esposa, companheira, namorada, filha, ou seja, a mulher cisgênero, frequentemente branca, em sua relação patriarcal com um homem.

Por muita luta dos movimentos sociais alguns casos se destacam e impulsionam o judiciário a ampliar o diálogo com outras ciências, para encontrar a resposta justa e moral, não apenas legal. Recentemente o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) decidiu pela possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha em favor de uma mulher trans, mas isso demandou tempo e risco para a vítima, já que apenas conseguiu decisão favorável em segunda instância. É preciso que o legislador não fuja da realidade das mortes de mulheres transexuais e travestis e ajustem a lei para o objetivo amplo para o qual sempre se destinou: a proteção contra a violência em virtude do gênero.

A manutenção desta omissão é conivência com as violências e assassinatos, é a sustentação de uma ordem desumana de cidadãs de segunda categoria, aliadas dos direitos garantidos pelas leis nacionais e internacionais.

***Professora Assistente do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)**

****Mestranda em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA)**



Expediente

Revisão: Equipe KOINONIA
Diagramação: Equipe KOINONIA

Diretor Executivo de KOINONIA: Rafael Soares de Oliveira
Assessora do Eixo Direitos das Mulheres e da População LGBTT: Ester Leite Lisboa
Redação: Equipe do Eixo Direitos das Mulheres e da População LGBTT e colaboradores
Fotografia: Acervo KOINONIA

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129 - Glória | CEP: 22211-230 - Rio de Janeiro - RJ | Tel.: (21) 3042-6445; Rua Barão de Itapetininga, 120 sala 307 - República | CEP: 01042-020 São Paulo - SP | Tel.: (11) 3667-9570; Travessa da Ajuda, s/nº, Edifício Martins Catharino, sl.705 - Centro | CEP: 40020-030 - Salvador - BA | Tel.: (71) 3266-3480

Apoio

